



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021

Processo Licitatório nº: 6.964/2020

Processo de Impugnação nº: 1.973/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

IMPUGNANTE: TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA.

IMPUGNADO: EDITAL

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 122/2021**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão de Pregão III

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante alega, em síntese, que:

“...a exigência do item do Edital 19.6 de cópia da Autorização de Funcionamento – AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro de Ministérios da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014 é ilegal.”

“Ainda neste sentido, afirma que, “ à exigência da licença ambiental deverá ser expedida pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, não há quaisquer justificativas mínimas que a sustente, pelo contrário, cabalmente evidencia o direcionamento do processo à atual prestadora ou concorrente da localidade, dando preferência explícita em razão da sede ou domicílio dos licitantes, o que é rechaçado nos termos legais atinentes, bem como configurando inobservância aos princípios da isonomia e impessoalidade.”

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante:

“...seja a presente IMPUGNAÇÃO, recebida, apreciada e julgada procedente, com efeito para que seja RETIRADA as exigências dos abaixo:”



Comissão de Pregão III

“Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014”

“Licença ambiental deverá ser expedida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, conforme o disposto no Decreto nº 480/75 do Governo do Estado do Rio de Janeiro bem como Lei Estadual nº 7806/2017”

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao



Comissão de Pregão III

instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito da impugnação interposta pela empresa **TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA.**

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou ao setor responsável, tendo em vista tratar-se de questões técnicas, na forma que dispõe o **subitem 33.5 do edital**, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da impugnante, o responsável na pessoa do Coordenador de Vigilância e Fiscalização Sanitária, Sr. Humberto Rodrigues Delegave Moura concluiu:

“entende esta especializada que deverão ser solicitadas as licenças junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.”

V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer exarado pelo Sr. Humberto Rodrigues Delegave Moura (documento em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 122/2021, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do Edital em comento, modificando a redação constante na exigência referente a Licença Ambiental (INEA), para ***“licenças junto à autoridade competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.”***



Comissão de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 29 de junho de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matrícula: 106.380